



ESTUDOS LITERÁRIOS

ISSN: 1517-7238

Vol. 13 nº 25

2º Sem. 2012

p. 187-203

**O ROMANCE HISTÓRICO E A  
PROBLEMÁTICA DO DISTANCIAMENTO  
TEMPORAL ENTRE O FATO NARRADO E  
O PERÍODO DE VIDA DO AUTOR<sup>1</sup>**

**THE HISTORICAL NOVEL AND THE  
PROBLEM OF TEMPORAL DISTANCE  
BETWEEN FACT AND NARRATED LIFE  
OF THE AUTHOR**

Donizeth Santos <sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Parte desse texto foi publicada nos Anais do XII Congresso ABRALIC, realizado de 18 a 22 de julho de 2011 na UFPR.

<sup>2</sup>Doutorando em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - FFLCH - USP.

**RESUMO:** O artigo aborda a grande controvérsia existente em relação ao distanciamento temporal entre o fato narrado e o período de vida do autor na conceituação do romance histórico. Para muitos críticos literários, talvez a maioria deles, é necessário que a ação do romance, ou pelo menos a maior parte dela, seja ambientada num tempo anterior ao período de vida do romancista, e para outros, esse critério é por demais rígido e obsoleto. Dessa forma, e levando-se em consideração que Georg Lukács, o primeiro teórico do romance histórico, colocou Balzac no grupo dos romancistas históricos como um dos seguidores da técnica de Walter Scott, afirmando que o romancista francês “criou um tipo superior e até então desconhecido de romance histórico” (LUKACS, 1966, p. 94), que é a representação do presente como história, este artigo apresenta uma reflexão sobre essa controvérsia, verificando se realmente há necessidade de que o distanciamento temporal tenha um peso maior que o diálogo com a história e sua representação na caracterização de um romance histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura e história; romance histórico; ficção histórica.

**ABSTRACT:** The article discusses the great controversy over the time gap between the narrated fact and the authors life period in the concept of the historical romance. For many literary critics, perhaps most of them, it is necessary that the action of the novel, or at least most of it, happens in a period of time before the lifetime of the novelist, and for others, this criteria is too rigid and outdated. Therefore and taking into consideration that George Lukacs, the first theorist of historical novel, placed Balzac in the group of novelists as one of the followers of Walter Scotts techniques, stating that the French novelist “created a superior type and so far unknown historical novel, which is a representation of this as history, this article presents a reflection on the controversy, checking whether there is really need that the temporal distance has a greater relevance than the dialogue with history and its representation in the characterization of a historical novel.

**KEYWORDS:** literature and history; historical novel; historical fiction.

Um assunto controverso dentro da Teoria e da Crítica Literária é o distanciamento temporal exigido por uma grande parte dos críticos e teóricos para que um romance possa ser qualificado como histórico. Embora pareça haver um certo consenso crítico de que a obra deva ter sua ação narrada num passado distante, não vivenciado diretamente pelo autor, ainda há muitas divergências e incoerências sobre a questão.

Num Seminário Internacional realizado em 1995 na

Universidade de São Paulo, cujos textos foram publicados no livro *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário* (1997), organizado pelos professores Flávio Aguiar e Sandra Guardini, o historiador Edgar de Decca (1997, p. 201) disse acreditar na existência de um romance histórico voltado para o presente, que fosse testemunho de sua própria época, citando, como exemplos, *Tempos difíceis* de Charles Dickens, a *Comédia humana* de Balzac e *Os miseráveis* de Vitor Hugo. Essa assertiva foi prontamente contestada por Mário Gonzalez que, em contrapartida, observou que “os romances que nas palavras de De Decca pretendem ser testemunhos de sua própria época fogem à característica primordial do romance histórico tradicional, que tem como base o distanciamento cronológico com relação à realidade histórica evocada...” (GONZALEZ, 1997, p. 211-212), alegando que os estudos clássicos de Georg Lukács, *La novela histórica* (1966), e Amado Alonso, *Ensayo sobre la novela histórica* (1984), estabelecem essa delimitação temporal.

A utilização do termo “primordial” deixa bem claro que para Gonzalez se um romance não tiver essa característica não pode ser considerado como um romance histórico, por mais que trave um diálogo profundo com a história. Essa opinião também é compartilhada por grande parte dos críticos que estudam o subgênero, talvez pela maioria.

Nesse ponto reside, a nosso ver, a grande problemática da conceituação do romance histórico, pelo fato de que o distanciamento temporal, a exigência de que o tempo retratado no romance seja um período não vivido pelo romancista, ter se tornado mais importante que o diálogo que o romance estabelece com a história.

Mas de onde veio essa exigência? Não nos parece ter vindo de Lukács, pois, embora Mário Gonzalez afirme que em *La novela histórica* (1966) haja essa delimitação, em nossa leitura dessa obra não encontramos em nenhum lugar tal critério estabelecido. Pelo contrário, Lukács enalteceu o romance de Balzac, anteriormente rechaçado por Gonzalez da categoria de romance histórico, como um tipo superior de romance histórico

voltado à “elaboração do presente como história” (LUKÁCS, 1966., p. 95).

Nessa obra, escrita entre 1936 e 37, mas publicada somente em 1955 na Alemanha, Georg Lukács definiu as bases teóricas do romance histórico e traçou a sua evolução desde os romances de Walter Scott, tomados como paradigma, até o início do século XX, encerrando a sua reflexão com a análise das obras históricas de Romain Rolland. Para Lukács, um autêntico romance histórico deveria representar

as grandes transformações da história como transformações da vida do povo. Seu ponto de partida está sempre na apresentação das influências na vida cotidiana do povo por parte das importantes modificações históricas, e na apresentação das modificações materiais e psíquicas provocadas por elas nos seres humanos que, sem dar-se conta de suas causas, reagem sem embargo a elas de forma imediata e veemente. Partindo dessa base, elabora as complicadas correntes ideológicas, políticas e morais que por força surgem nessas transformações (LUKÁCS, 1966, p. 52-53).<sup>3</sup>

Nesse sentido, importa para um romance ser histórico não o fato histórico em si, e sim as transformações que ele provocou na vida de uma determinada sociedade numa determinada época, ou seja, que a “especificidade histórica do tempo da ação condicione o modo de ser e agir das personagens” (WEINHARDT, 1995, p. 53). Dessa forma, o mais importante é que o romancista represente literariamente como as pessoas que viveram um acontecimento histórico foram afetadas por ele e como reagiram a ele, através do entrelaçamento entre história e ficção, conforme a visão aristotélica do que foi (o fato histórico) e do que poderia ter sido (a reação das pessoas/personagens) (ARISTÓTELES, 1998). Desse modo, como bem observou Fredric Jameson (2007), o romance histórico deve

<sup>3</sup> As citações extraídas das obras de Georg Lukács (1966), Amado Alonso (1984), Donald McGrady (1962) e Seymour Menton (1993) foram traduzidas pelo autor.

mostrar a intersecção entre os acontecimentos históricos e as existências individuais agrupadas em sociedade.

No entanto, ao contrário do que normalmente se divulga, Lukács não estabeleceu qual o tempo de distanciamento necessário entre o autor e a história narrada para que um romance possa ser qualificado de histórico. Ao partir dos romances de Walter Scott ambientados na Idade Média (*Ivanhoé*) ou no século XVI (*Waverley*), ele pode ter dado a entender que o romance histórico seja uma narrativa de um tempo distante, bem anterior ao tempo vivido pelo escritor, pois, conforme observa Antonio Roberto Esteves, a estrutura do romance histórico clássico de Scott obedecia a dois princípios básicos:

1 Ação do romance ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas reais ajudam a fixar a época, agindo conforme a mentalidade de seu tempo. 2 Sobre esse pano de fundo se situa a trama fictícia, com personagens e fatos criados pelo autor. Tais fatos e personagens não existiram na realidade, mas poderiam ter existido, já que sua criação deve obedecer a mais estrita regra de verossimilhança (ESTEVES, 1995, p. 24).

Mas, ao eleger como fator determinante para a caracterização do romance histórico o modo de representação literária, Lukács coloca Balzac no grupo dos romancistas históricos como um dos seguidores da técnica de Walter Scott, afirmando que o escritor francês “criou um tipo superior e até então desconhecido de romance histórico” (LUKÁCS, 1966, p. 94-95), que é “a elaboração do presente como história” Para Perry Anderson (2007, p. 206), Balzac “adaptou as técnicas e a visão de mundo de Scott ao presente, em vez de voltar-se ao passado, tratando a França da Restauração ou da Monarquia de Julho basicamente do mesmo modo pelo qual Scott representara a Escócia de meados do século XVIII ou a Inglaterra do século XII”.

Dessa forma, para Georg Lukács o fator determinante

de um romance histórico é o modo de representação literária e a maneira com que a ficção dialoga com a história e não o distanciamento temporal entre o fato narrado e o período de vida do autor. Sendo assim, desde que haja a especificidade histórica do tempo da ação condicionando o modo de ser e agir das personagens, conforme observou Marilene Weinhardt (1995), com a intersecção entre os acontecimentos históricos e as existências individuais agrupadas em sociedade, segundo Fredric Jameson (2007), um romance pode ser considerado histórico mesmo que aborde um período diretamente vivido pelo escritor, como mostra o exemplo de Balzac.

Mas, se não foi Georg Lukács quem fixou o distanciamento temporal como condição básica para que um romance possa ser considerado como histórico, quem foi que o fez então?

Tudo leva a crer que a delimitação temporal como requisito básico para a conceituação do romance histórico tenha começado a partir do espanhol Amado Alonso. Em 1942, talvez ainda sem ter conhecimento do trabalho pioneiro de Lukács, Alonso publicou *Ensayo sobre la novela histórica* (1984) pelo Instituto de Filologia da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Nesse ensaio, também pioneiro no estudo do romance histórico, ele realizou uma abordagem muito semelhante à de Lukács, embora com juízos e critérios diferentes, todavia restringindo-se sua reflexão até o romance histórico realista, concentrando sua análise em Walter Scott, Alessandro Manzoni e Gustave Flaubert. Para Amado Alonso, o romance histórico

não é simplesmente aquele que narra ou descreve fatos passados ou reais, nem mesmo como se costuma aceitar convencionalmente - aquele que narra fatos relacionados à vida pública de um povo, mas sim, aquele que tem como proposta fundamental reconstruir um modo de vida passado e apresentá-lo como passado, considerando a distância temporal somada aos genuínos sentimentos que a grandiosidade desperta no leitor (ALONSO, 1984, p. 80).

Essa definição de Amado Alonso, que privilegia a reconstrução de um tempo passado, foi interpretada por Donald McGrady em *La novela histórica en Colombia*, livro publicado em 1962, como sendo o romance histórico uma narrativa que retrata um modo de vida passado de um tempo anterior ao autor, descartando-se dessa modalidade todos os romances que são ambientados num período contemporâneo ao romancista. Para dar maior peso à sua interpretação, McGrady observou que esta opinião também é compartilhada pelos críticos John Bucham, Arnold Bennett e Leslie Stephen.

Entretanto, McGrady (1962) também reconheceu o grande problema que é definir “essa época anterior ao autor” e se questionou: “É suficiente que os acontecimentos históricos sejam anteriores em um ano à data de publicação do romance? Ou deveriam ser mais distantes no tempo?” Para respondê-las, lembrou que Leslie Stephen sugeriu um lapso de 60 anos entre o fato histórico abordado e o tempo da aparição do livro, enquanto que Alfred Tresidder Sheppard considerou 50 anos um tempo conveniente.

Por fim, McGrady rendeu-se à conveniência de acompanhar a opinião da maioria dos críticos que consideram que o “tempo reproduzido no romance histórico deve ser anterior em muitos anos ao nascimento do romancista” (MCGRADY, 1962, p. 27), sem, no entanto, delimitar o número de anos que deveriam ser transcorridos, deixando, assim, o seu o próprio questionamento sem uma resposta completa.

Porém, a definição sobre o distanciamento cronológico entre o fato narrado e o tempo de vida do autor que mais polêmica tem causado, a do professor argentino Enrique Anderson Imbert, veio a luz onze anos antes (em 1951) do livro de Donald McGrady e apresenta uma grande semelhança com a realizada por este, pois, para Imbert (*apud* MENTON, 1993, p. 33), romances históricos são “aqueles que contam uma ação ocorrida em um época anterior ao do romancista”, definição, aliás, que também não estabelece o número exato de anos necessários.

Dos anos 90 para cá, essa delimitação temporal

estabelecida por Imbert tem sido retomada constantemente, seja para concordar com ela ou para contestá-la, como faz, por exemplo Seymour Menton, Márquez Rodriguez e Magdalena Perkowska.

Seymour Menton, em *La nueva novela histórica de la América Latina* (1993), retomou-a para fundamentar a sua análise sobre a mutação que o subgênero teve na América Latina, aderindo à definição feita pelo professor argentino de que a distância mais apropriada é que a história narrada esteja situada em “uma época anterior a do romancista”, argumentando que essa conceituação é mais condizente com o objetivo principal do seu livro, que era comprovar o predomínio do novo romance histórico sobre outros tipos de romance no período compreendido entre 1979 e 1992. Coerente com esta definição, o crítico excluiu do seu estudo vários romances com evidentes marcas históricas pelo fato de apresentarem grande parte de seu conteúdo ambientado num período histórico vivido pelo escritor, como, por exemplo, *A morte de Artemio Cruz* (1962) de Carlos Fuentes, *Sobre heróis e tumbas* (1962) de Ernesto Sábato, *Conversa na catedral* (1969) de Mario Vargas Llosa, *O recurso do método* (1974) de Alejo Carpentier, *O romance de Perón* (1985) de Tomás Eloy Martínez, *Cem anos de solidão* (1967) de Gabriel García Márquez e *Os Capelli* (1967) de Yolanda Camarano de Sucre.

Mas antes de afirmar a sua opção pela definição de Imbert, Menton também citou a opinião de outros críticos literários sobre a distância temporal que deve haver entre o fato narrado e a vida do escritor para que um romance possa ser considerado histórico. Segundo ele (MENTON, 1993), Avrom Fleishman excluiu do rol dos romances históricos todos aqueles que não estão separados do autor em, pelo menos, duas gerações, enquanto que a definição proposta por David Cowart é excessivamente ampla, pois não impõe regras temporais e considera como romance histórico toda “ficção em que o passado figura com certa importância”, incluindo em seu estudo obras literárias ambientadas no futuro, desde que estas sejam consequências do passado ou do presente, como, por exemplo,

1984, de George Orwel. Continuando, Menton lembrou que Raymond Souza concorda com a definição ampla de Cowart e se empenha em analisar as diferenças filosóficas e estilísticas entre a história e a ficção, sem tocar diretamente no romance histórico como subgênero romanesco, enquanto que Joseph W. Turner propõe uma definição tripla: o romance histórico documentado, o disfarçado e o inventado, sugerindo também a possibilidade de uma categoria cômica. Menton observa que por mais que seja interessante esta definição em categoria, ela não serve para a análise do romance histórico na América Latina por este ser uma combinação (ou fusão) de duas, três, ou até mesmo de quatro dessas categorias definidas por ele.

Há também as vozes que discordam da rigidez dos critérios adotados por Amado Alonso, Anderson Imbert, Donald McGrady e Seymour Menton. Começemos por Edgar de Decca, já citado no início deste texto. Em seu artigo, ele também analisou o romance histórico estruturado “a partir de um grande evento histórico” (DE DECCA, 1997, p. 203), citando como representante maior dessa vertente o *Guerra e paz* de Tolstoi, que tem como pano de fundo as guerras napoleônicas, e como exemplos brasileiros *A guerra dos mascotes*, de José de Alencar, *A retirada de laguna*, do Visconde de Taunay, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Dos brasileiros, vale lembrar, somente o romance de Alencar seria considerado histórico pela conceituação convencional que estabelece como critério essencial que o fato histórico retratado não tenha sido vivenciado pelo autor.

Essa perspectiva, na qual o que conta é a abordagem de um grande acontecimento histórico entrelaçado com a ficção, de certa forma, é compartilhada por Fredric Jameson (2007, p. 192) que, tomando por base o conceito de “momento axial” de Paul Ricoeur, definido como um “evento em si mesmo que reorganiza o tempo em redor de si e torna possível situarmos nossa própria existência no quadro coletivo da história”, considerou que um romance para ser considerado histórico no sentido genérico é necessário que ele contemple esse momento axial ou inaugural, que é, no contexto literário, a recriação de

um grande evento histórico, citando como exemplo as guerras napoleônicas na *cartuxa de Parma*, de Stendhal, em *Episódios nacionales*, de Galdós, e *Guerra e paz*, de Tolstoi. Pela conceituação convencional estabelecida pela maioria da crítica, *A cartuxa de Parma* não seria considerado como romance histórico e apenas as três primeiras séries dos *Episódios nacionales* atenderia a exigência do distanciamento temporal, pois as duas últimas séries retratam um período contemporâneo ao autor.

Outra estudiosa que reconheceu a existência de um romance histórico voltado ao passado recente foi Madeleine de Gorgoza Fletcher que, conforme nos informa Antonio Roberto Esteves (1995, p. 20), sugeriu que a literatura espanhola posterior a 1870 produziu o “episódio nacional”, constituído por dois tipos de romance: “1 romances que tratam do período imediatamente anterior ao escritor e, 2 romances que tratam do período contemporâneo ao próprio escritor”. Uma das duas características essenciais desse romance espanhol, segundo Esteves, é a “tendência em focalizar acontecimentos históricos significativos”, ou seja, fatos históricos importantes dentro da história da nação, como, por exemplo, a guerra civil espanhola, acontecimentos esses que poderíamos associar ao conceito de momento axial adaptado por Fredric Jameson à caracterização do romance histórico.

Mas as vozes que fazem uma oposição direta à definição de Anderson Imbert e Seymour Menton são as de Marquez Rodriguez, Magdalena Perkowska e Alcmeno Bastos.

Marquez Rodriguez (1991), em seu ensaio *Evolución y alcances del concepto de novela histórica*, retomou a definição de Imbert para contestar o seu critério de excluir do rol dos romances históricos todas as narrativas que não apresentem uma considerável distância cronológica entre os fatos narrados e o ato de narrar que ultrapasse o período de vida do romancista, fato que faz o professor argentino não aceitar em hipótese nenhuma como históricos romances que retratem um tempo vivido diretamente pelo escritor. Nesse sentido, segundo Mariléia Gärtner,

Márquez Rodriguez se coloca contrário a esse posicionamento, pois, com o enorme desenvolvimento alcançado pelos meios de comunicação, nas últimas décadas, os acontecimentos (mesmos os memoráveis) são absorvidos imediatamente, de modo bem diferente do que acontecia no passado, quando os fatos produziam significados e transcendiam com muita lentidão. Para ele, o que dá caráter histórico a um acontecimento não é a distância entre o narrador e o autor, mas a condição intrínseca do fato de que por sua vez influencia os acontecimentos posteriores a ele, e com os quais tem alguma relação (GÄRTNER, 2006, p. 37).

Em consonância com esse ponto de vista está Magdalena Perkowska (2008, p. 43), que incluiu em seu estudo sobre o novo romance histórico latino-americano obras ambientadas em um passado recente, como, por exemplo, *Santa Evita*, de Tomás Eloy Martinez. Para ela, o critério utilizado por Seymour Menton e Anderson Imbert, de que o romance histórico tenha que abordar um tempo passado não diretamente experimentado pelo autor, se tornou um “requisito obsoleto” diante da vivência contemporânea (e pós-moderna) da história. Segundo Magdalena Perkowska,

a televisão, a imprensa e a internet aceleraram a percepção dos acontecimentos: o bombardeio informativo faz com que o presente quase imediatamente se converta em passado. A temporalidade é vivida de uma outra maneira no fim do século XX e começo do século XXI, assim as categorias formuladas no início do século XX para referirem-se às obras do XIX já são antiquadas. [...] Portanto, não tem sentido insistir em uma distância temporal que já não convence ninguém e parece, além do mais, encerrar os textos num suposto objetivismo histórico-realista, uma camisa de força de que eles tentam liberar-se (PERKOWSKA, 2008, p. 23-24).

Alcmeno Bastos, em *Introdução ao romance histórico* (2007), buscou uma explicação para a exigência que a matéria narrada no romance histórico esteja distanciada no tempo. Ao abordar a questão da temporalidade, fez a seguinte indagação:

“deve ser considerado histórico apenas o acontecimento remoto?” (BASTOS, 2007, p. 95).

Para respondê-la, lembrou que parece admissível que para a maioria das pessoas um fato relevante só é considerado histórico depois de decorrido um certo tempo, mesmo que ele apresente marcas inequívocas de sua historicidade, de modo que o passar do tempo parece ter se tornado um requisito indispensável para dar contornos históricos aos fatos. Desse modo, segundo ele, os ficcionistas, ao se apropriarem de matéria de extração histórica<sup>4</sup> para a escrita de seus romances históricos, “elegem de preferência fatos remotos a fatos recentes, no pressuposto de que seus leitores reconhecerão nessa matéria a indispensável historicidade” (BASTOS, 2007, p. 95), observando que esse princípio tem uma longa tradição que vem desde a “a fundamentação teórica da epopeia até o surgimento do romance histórico romântico, no século XIX” (BASTOS, 2007, p. 95).

A reflexão feita por Alcmeno Bastos nos parece plausível para explicar a permanência dessa concepção em nosso imaginário, que faz com que muitos críticos só reconheçam como histórico o romance ambientado num período não vivenciado diretamente pelo autor. Citando Seymour Menton como exemplo desses críticos, Bastos classificou como “insólita” a separação que ele dos romances que compõem a trilogia *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, considerando apenas *O continente* como romance histórico, e descartando *O retrato* e *O arquipélago*, pelo fato de ambos abordarem acontecimentos contemporâneos ao autor. Para Alcmeno Bastos:

Tal critério é absolutamente externo ao universo ficcional. Ignora por completo a autonomia do narrador entidade ficcional em

---

<sup>4</sup> Termo utilizado por Alcmeno Bastos (2000, p. 9) para designar “a matéria objeto de alguma forma de registro documental, escrito ou não, de que resulta permanecer na memória coletiva de uma determinada comunidade. A matéria de extração histórica, para merecer tal designativo, deve apresentar satisfatório grau de familiaridade para um leitor medianamente informado e poder ser recuperada mediante processo alusivo.

face do autor entidade civil, e subordina inteiramente à esfera deste a determinação da remotividade e, conseqüentemente, da historicidade da matéria narrada. Além do mais, não toma a obra na sua integridade, pois é evidente que Erico Verissimo concebeu e realizou os três romances como uma trilogia, isto é, um conjunto harmônico, sequencial, que, embora permita a leitura autônoma de cada um deles, convoca a atenção do leitor para o todo. Se o *O tempo e o vento* deve ser considerado romance histórico, deve sê-lo por igual e por inteiro, independentemente de os fatos contados em cada um dos volumes coincidirem ou não com a época histórica vivida pelo autor (BASTOS, 2007, p. 96).

Cabe também incluir neste grupo de críticos que fazem uma revisão do rígido conceito estabelecido por Anderson Imbert, e que defendem critérios mais flexíveis para a conceituação de romance histórico, o nome de Linda Hutcheon (1991) que, mesmo adotando outra nomenclatura para a sua teorização e nem mesmo fazendo qualquer menção ao distanciamento cronológico de Imbert ou de qualquer outro crítico, em sua *Poética do Pós-modernismo* (1991) não estabeleceu nenhuma delimitação de tempo entre o fato narrado e o ato de narrar para a caracterização do romance histórico pós-moderno, denominado por ela de metaficção historiográfica, cuja principal característica consiste na subversão da história através da ironia e da paródia, e tanto a ação narrada pode acontecer num passado distante quanto num passado recente, e assim romances como *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Marquez, e *Shame*, de Salman Rushdie, que não seriam considerados romances históricos pela maioria dos críticos literários especializados, são classificados por ela como metaficções historiográficas.

No entanto, essa questão é tão controversa que o próprio Seymour Menton, com toda a rigidez e coerência dos seus critérios, acabou por se contradizer e inseriu na análise do novo romance histórico latino-americano o romance *Respiração artificial*, do argentino Ricardo Piglia, obra cuja ação se passa num período diretamente vivido pelo autor. Menton se justifica

com estas palavras:

De acordo com os aspectos dialógicos e paródicos de alguns dos Novos Romances Históricos, convém alterar minha própria definição sobre o romance histórico para discutir um dos NRH mais originais: *Respiração artificial* (1980) de Ricardo Piglia (1940) [...]. Repensando minha definição referente ao romance histórico, a maioria dos diálogos e cartas de *Respiração artificial* situam-se no fim da década de 70 (MENTON, 1993, p. 190).

No Brasil, os professores Antonio Roberto Esteves e Heloisa Costa Milton, mesmo alinhados com essa definição da crítica que prevê um tempo abordado não vivido pelo autor para que romance seja histórico ou novo romance histórico, também abriram uma exceção e analisaram no artigo "O novo romance histórico hispano-americano", publicado em *Estudos de literatura e linguística*, o romance *Santa Evita* (1995), de Tomás Eloy Martínez, uma obra que também foge à classificação convencional por ser ambientada num passado recente.

Dessa forma, não há apenas divergências entre críticos literários sobre o distanciamento temporal necessário entre o tempo narrado e o ato de narrar para que um romance seja histórico, mas também incoerências e contradições dentro dos critérios estabelecidos por eles, por mais rígidos que eles sejam, como nos mostra o caso de Seymour Menton. Geralmente, quanto se analisa o romance histórico, parte-se do estudo pioneiro de Georg Lukács, mas percebemos que pouca atenção se dá à análise que ele faz de Balzac, ao fato dele ter afirmado que o romancista francês criou "um tipo superior e até então desconhecido de romance histórico" (LUKACS, 1966, p. 94-95), que é a "a elaboração do presente como história", e em contrapartida leva-se muito mais em conta o fato dos outros romancistas analisados por Lukács terem escritos romances ambientados num tempo não vivenciado diretamente por eles, criando-se a impressão de que se um romance não for ambientado numa época longínqua, não basta que ele trave um profundo diálogo com a história para que ele possa ser considerado histórico, e, desse modo, o distanciamento temporal

acabou por adquirir mais importância que a representação literária e o entrelaçamento estabelecido entre ficção e história dentro do texto.

Pensamos que deva haver critérios bem estabelecidos e coerentes, pois uma definição ampla como a de David Cowart seria tão redutora e prejudicial quanto a rigidez de Avrom Fleishman ou de Anderson Imbert, pelo fato de que assim qualquer obra que tivesse o passado com certa importância ou que se referisse mesmo que ligeiramente à história seria considerada como um romance histórico. Mas também vemos a necessidade urgente de se discutir e rever certos requisitos exigidos que não cabem mais na nossa época.

Nesse sentido, acreditamos que Magdalena Perkowska está correta em considerar o distanciamento cronológico exigido por Imbert e Menton como um “requisito obsoleto” diante da vivência contemporânea da história, não vendo “sentido nenhum em insistir numa distância temporal que já não convence ninguém”. E também consideramos pertinente a observação de Márquez Rodriguez de que “o que dá caráter histórico a um acontecimento não é a distância entre o narrador e o autor, mas a condição intrínseca do fato de que por sua vez influencia os acontecimentos posteriores a ele, e com os quais tem alguma relação” (*apud* GÄRTNER, 2006, p. 37). Vejamos: um acontecimento como o 11 de setembro de 2001, passado há dez anos. Embora seja um acontecimento recente, presenciado pela maioria da população do planeta, acreditamos que ninguém seria capaz de negar a sua historicidade e o quanto ele influenciou muitos acontecimentos históricos e políticos posteriores a ele.

Para finalizar, na esteira dos últimos comentários que envolveram observações sobre o avanço tecnológico que mudou a nossa percepção do tempo, fazendo com que as informações envelheçam rapidamente e com isso um fato importante acontecido hoje dentro de pouco tempo já se torna passado, fazemos a seguinte indagação: um romance que abordasse o *impechmeant* de Fernando Collor, que travasse um diálogo

com aquele período histórico em que convivíamos com inflação altíssima, utilizávamos discos de vinil, fitas cassetes, aparelhos de fax, bips, enquanto que o computador, a internet e o celular ainda não faziam parte de nosso dia a dia, não seria considerado histórico pelo fato do autor e de todos nós termos vivenciado aquela época?

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Amado. *Ensayo sobre la novela histórica*. Madrid: Gredos, 1984.
- ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 77, p. 205-220, março de 2007.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 16 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- BASTOS, Alcmemo. *A história foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80*. Rio de Janeiro: Caetés, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- DE DECCA, Edgar. O que é romance histórico? Ou, devolvo a bola pra você, Hayden White. In: AGUIAR, Flávio Wolf de; VASCONCELOS, Sandra Guardini (Orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 197-206.
- ESTEVES, Antonio Roberto; MILTON, Heloisa Costa. O novo romance histórico hispano-americano. In: MILTON, H. C. & SPERA, J. M. S. (Orgs.). *Estudos de literatura e lingüística*. Assis: FCL-UNESP, 2001. p. 85-120.
- ESTEVES, Antonio Roberto. *Lope de Aguirre: da história para a literatura*. São Paulo: FFLCH USP, 1995 (Tese de doutorado).
- GÄRTNER, Mariléia. *Mulheres contando histórias de mulheres: o ro-*

mance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina. Assis: FCL UNESP, 2006 (Tese de doutorado).

GONZALEZ, Mario. Debate. In. AGUIAR, Flávio Wolf de; Vasconcelos, Sandra Gardini (Orgs). *Gêneros de fronteira*: cruzamento entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997, p. 210- 214.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro, 1991.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 77, p. 185-203, março de 2007.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. México: Era, 1966.

MCGRADY, Donald. *La novela histórica en Colombia: 1844 1959*. Bogotá: Editorial Kelly, 1962.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina. 1979-1992*. México: FCE, 1993.

PERKOWSKA, Magdalena. *Histórias híbridas: la nueva novela histórica latinoamericana (1985-2000) antes las teorías posmodernas de la historia*. Madrid: Iberoamericana, Frankfurt: Vervuert, 2008.

WEINHARDT, Marilene. *O romance histórico no Sul*. São Paulo: FFLCH USP, 1995 (Tese de doutorado).